

Prova Escrita Objetiva – Nível Médio completo

# TÉCNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO - ÁREA ADMINISTRATIVA

Tipo 4 – AZUL



## SUA PROVA

Além deste caderno de prova, contendo oitenta questões objetivas, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha destinada às respostas das questões objetivas



## TEMPO

- **5 horas** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva
- **2 horas e 30 minutos** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de prova
- **30 minutos** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala levando o caderno de prova



## NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala



## INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
  - Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
  - Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
  - Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul
  - Assine seu nome apenas no espaço reservado
  - Marque na folha de respostas o campo relativo à confirmação do tipo/cor de prova, conforme o caderno recebido
  - O preenchimento das respostas da prova objetiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas em caso de erro
  - Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de prova
  - A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos
  - Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas
- Boa prova!



## Língua Portuguesa

### TEXTO 1 – O futuro da medicina

O avanço da tecnologia afetou as bases de boa parte das profissões. As vítimas se contam às dezenas e incluem músicos, jornalistas, carteiros etc. Um ofício relativamente poupado até aqui é o de médico. Até aqui. A crer no médico e "geek" Eric Topol, autor de "The Patient Will See You Now" (o paciente vai vê-lo agora), está no forno uma revolução da qual os médicos não escaparão, mas que terá impactos positivos para os pacientes.

Para Topol, o futuro está nos smartphones. O autor nos coloca a par de incríveis tecnologias, já disponíveis ou muito próximas disso, que terão grande impacto sobre a medicina. Já é possível, por exemplo, fotografar pintas suspeitas e enviar as imagens a um algoritmo que as analisa e diz com mais precisão do que um dermatologista se a mancha é inofensiva ou se pode ser um câncer, o que exige medidas adicionais.

Está para chegar ao mercado um apetrecho que transforma o celular num verdadeiro laboratório de análises clínicas, realizando mais de 50 exames a uma fração do custo atual. Também é possível, adquirindo lentes que custam centavos, transformar o smartphone num supermicroscópio que permite fazer diagnósticos ainda mais sofisticados.

Tudo isso aliado à democratização do conhecimento, diz Topol, fará com que as pessoas administrem mais sua própria saúde, recorrendo ao médico em menor número de ocasiões e de preferência por via eletrônica. É o momento, assegura o autor, de ampliar a autonomia do paciente e abandonar o paternalismo que desde Hipócrates assombra a medicina.

Concordando com as linhas gerais do pensamento de Topol, mas acho que, como todo entusiasta da tecnologia, ele provavelmente exagera. Acho improvável, por exemplo, que os hospitais caminhem para uma rápida extinção. Dando algum desconto para as previsões, "The Patient..." é uma excelente leitura para os interessados nas transformações da medicina.

Folha de São Paulo online – Coluna Hélio Schwartzman – 17/01/2016.

### 1

Segundo o autor citado no texto 1, o futuro da medicina:

- (A) encontra-se ameaçado pela alta tecnologia;
- (B) deverá contar com o apoio positivo da tecnologia;
- (C) levará à extinção da profissão de médico;
- (D) independará completamente dos médicos;
- (E) estará limitado aos meios eletrônicos.

### 2

"As vítimas se contam às dezenas e incluem músicos, jornalistas, carteiros etc".

Nesse segmento do texto 1, o vocábulo SE apresenta a função de partícula apassivadora; a frase abaixo em que as duas ocorrências desse vocábulo exercem essa mesma função é:

- (A) "Para o homem só há três acontecimentos: nascer, viver e morrer. Ele não se sente nascer, sofre morrendo e se esquece de viver" (La Bruyère);
- (B) "O açúcar seria caro demais se não se fizesse cultivar a planta que o produz por escravos" (Montesquieu);
- (C) "E se Adão não tivesse resistido àquela operação nas costelas a que tão prematuramente se submeteu?" (Eno T. Wanke);
- (D) "O amor é uma arte que nunca se aprende e sempre se sabe" (Galdós);
- (E) "Não ensines a teu aluno toda a tua ciência. Quem sabe se ele amanhã não se tornará o teu inimigo?" (Saadi).

### 3

"O avanço da tecnologia afetou as bases de boa parte das profissões. As vítimas se contam às dezenas e incluem músicos, jornalistas, carteiros etc.".

Sobre os componentes desse segmento do texto 1, a afirmativa adequada é:

- (A) muitas profissões já foram perturbadas pelos avanços tecnológicos;
- (B) o emprego do vocábulo "vítimas" mostra que algumas profissões já foram extintas;
- (C) as profissões mais afetadas foram as que oferecem serviços ao público;
- (D) o segundo período enumera as dezenas de profissões afetadas;
- (E) a forma "etc" mostra a desvalorização das profissões citadas.

### 4

"A crer no médico e "geek" Eric Topol"; essa oração reduzida equivale semanticamente a:

- (A) embora creiamos;
- (B) quando cremos;
- (C) se crermos;
- (D) à medida que cremos;
- (E) para que crêssemos.

### 5

"está no forno uma revolução da qual os médicos não escaparão, mas que terá impactos positivos para os pacientes".

Nesse segmento do texto 1, o termo "da qual" é decorrente da regência do verbo "escapar"; a frase abaixo em que o termo sublinhado está erradamente empregado é:

- (A) essa é uma revolução com a qual discordamos;
- (B) esses são os fatos contra os quais lutamos;
- (C) essas são as dificuldades com as quais nos defrontamos;
- (D) esses são os resultados aos quais aludimos;
- (E) essa é a mudança à qual visamos.

**6**

“Um ofício relativamente poupado até aqui é o de médico. Até aqui.”

Sobre esse segmento do texto 1, é correto afirmar que:

- (A) o advérbio “relativamente” mostra que a profissão de médico ainda não foi atingida pela revolução;
- (B) a expressão “até aqui” tem valor semântico de lugar;
- (C) a expressão “até aqui” é repetida a fim de destacar-se um elemento importante no texto;
- (D) o pronome “o” refere-se a “médico”;
- (E) o vocábulo “um” em “um ofício” tem noção de quantidade.

**7**

O segundo, o terceiro e o quarto parágrafos do texto 1 têm a função de:

- (A) demonstrar que a revolução já é uma realidade;
- (B) criticar os exageros do livro indicado;
- (C) resumir a obra de Topol;
- (D) justificar o título do livro referido;
- (E) explicitar o conteúdo do livro citado.

**8**

O primeiro parágrafo do texto 1 mostra uma estratégia no tratamento do tema, que é partir:

- (A) do passado para o presente;
- (B) do geral para o particular;
- (C) do todo para as partes;
- (D) do abstrato para o concreto;
- (E) do objetivo para o subjetivo.

**9**

“está no forno uma revolução da qual os médicos não escaparão, / mas que terá impactos positivos para os pacientes”.

O emprego da conjunção “mas” supõe uma oposição entre o primeiro e o segundo segmento desse trecho do texto 1.

Tal oposição se verifica entre os seguintes termos:

- (A) estar no forno / ter impactos positivos;
- (B) revolução / impactos positivos;
- (C) médicos / pacientes;
- (D) não escapar / ter impactos;
- (E) médicos não escaparão / impactos positivos para os pacientes.

**10**

“está no forno uma revolução da qual os médicos não escaparão, mas que terá impactos positivos para os pacientes”.

A expressão “está no forno” significa que a revolução referida:

- (A) ainda tardará muito a chegar;
- (B) está pronta há algum tempo;
- (C) encontra-se em preparo;
- (D) já começou a ocorrer;
- (E) foi aperfeiçoada com o tempo.

**11**

De acordo com o texto 1, o título do livro de Topol – O paciente vai vê-lo agora – já mostra uma revolução, pois:

- (A) aponta mais conhecimento dos pacientes sobre as doenças;
- (B) mostra maior interesse dos pacientes pelo tratamento;
- (C) inverte as posições de médico e paciente;
- (D) indica maior rapidez no atendimento médico;
- (E) critica o mau atendimento dos médicos.

**12**

“que terão grande impacto sobre a medicina”; nessa frase está corretamente empregada a forma “sobre”. Assinale a frase abaixo em que ocorreu confusão entre sob/sobre:

- (A) “Se tudo está sob controle é porque não se está indo suficientemente rápido” (Mário Andretti);
- (B) “A interpretação é a vingança do intelecto sobre a arte” (Susan Sontag);
- (C) “Filosofar: pôr tijolos sobre tijolos sem construir uma casa” (anônimo);
- (D) “Infância é vida sob uma ditadura” (Graham Greene);
- (E) “Nada de novo sobre o sol” (Horácio).

**13**

“diz com mais precisão do que um dermatologista se a mancha é inofensiva ou se pode ser um câncer, o que exige medidas adicionais”.

Na frase acima, destacada do texto 1, os dois vocábulos que pertencem a classes gramaticais diferentes; a frase abaixo em que as duas ocorrências pertencem à mesma classe é:

- (A) “Ouvi, com humilde admiração, uma senhora declarar que a sensação de estar bem-vestida dava-lhe um sentimento de tranquilidade interior que a religião não lhe podia conferir” (Emerson);
- (B) “É o uniforme que faz esquecer aquele que o veste” (Biagi);
- (C) “Não é que eu tenha medo de morrer. É que eu não quero estar lá quando isso acontecer” (Woody Allen);
- (D) “O futuro chega com tal rapidez que chego a desconfiar que, agora, já está atrás de mim” (Millôr Fernandes);
- (E) “As coisas mais belas são as que a loucura sopra e que a razão escreve” (André Gide).

**14**

“Já é possível, por exemplo, fotografar pintas suspeitas e enviar as imagens a um algoritmo que as analisa e diz com mais precisão do que um dermatologista se a mancha é inofensiva ou se pode ser um câncer, o que exige medidas adicionais”.

Entre os elementos abaixo, aquele que NÃO se relaciona semanticamente a um termo anterior é:

- (A) que;
- (B) as;
- (C) o;
- (D) as imagens;
- (E) um câncer.

**15**

“Para Topol, o futuro está nos smartphones. O autor nos coloca a par de incríveis tecnologias, já disponíveis ou muito próximas disso, que terão grande impacto sobre a medicina”.

O segundo período desse segmento do texto 1, em relação ao período anterior, funciona como:

- (A) oposição à afirmação feita;
- (B) enumeração das tecnologias referidas anteriormente;
- (C) explicação do termo “smartphones”;
- (D) justificativa de uma afirmação;
- (E) consequência de uma causa previamente citada.

**16**

“O autor nos coloca a par de incríveis tecnologias, já disponíveis ou muito próximas disso, que terão grande impacto sobre a medicina. Já é possível, por exemplo, fotografar pintas suspeitas e enviar as imagens a um algoritmo que as analisa e diz com mais precisão do que um dermatologista se a mancha é inofensiva ou se pode ser um câncer, o que exige medidas adicionais”.

Esse segmento do texto 1 está realizado em voz ativa; a forma verbal passiva correspondente que é indicada de forma inadequada é:

- (A) “o autor nos coloca a par” / somos colocados a par pelo autor;
- (B) “que terão grande impacto” / grande impacto será tido;
- (C) “fotografar pintas suspeitas” / pintas suspeitas serão fotografadas;
- (D) “que as analisa” / em que elas são analisadas;
- (E) “que exige medidas adicionais” / em que medidas adicionais são exigidas.

**17**

“Para Topol, o futuro está nos smartphones. O autor nos coloca a par de incríveis tecnologias, já disponíveis ou muito próximas disso, que terão grande impacto sobre a medicina”.

Segundo esse segmento do texto 1, pode-se inferir que o texto de Topol pertence ao seguinte modo de organização:

- (A) informativo;
- (B) histórico;
- (C) argumentativo;
- (D) instrucional;
- (E) injuntivo.

**18**

“Já é possível, por exemplo, fotografar pintas suspeitas e enviar as imagens a um algoritmo que as analisa e diz com mais precisão do que um dermatologista se a mancha é inofensiva ou se pode ser um câncer, o que exige medidas adicionais”.

O exemplo citado tem por função textual:

- (A) atualizar o leitor sobre tecnologias de ponta;
- (B) comprovar a existência de incríveis tecnologias;
- (C) mostrar o impacto das tecnologias sobre a medicina;
- (D) citar alguns avanços já existentes;
- (E) defender as ideias do autor do livro.

**19**

Abaixo estão indicadas várias vantagens do uso da tecnologia na área da medicina; a vantagem tecnológica que NÃO se encontra expressa no segmento selecionado é:

- (A) “...analisa e diz com mais precisão do que um dermatologista” / exatidão do diagnóstico;
- (B) “...se a mancha é inofensiva ou se pode ser um câncer, o que exige medidas adicionais” / indicação precisa de providências futuras;
- (C) “Está para chegar ao mercado um apetrecho que transforma o celular num verdadeiro laboratório de análises clínicas” / praticidade nos exames;
- (D) “..., realizando mais de 50 exames a uma fração do custo atual” / redução de custos;
- (E) “Também é possível, adquirindo lentes que custam centavos, transformar o smartphone num supermicroscópio que permite fazer diagnósticos ainda mais sofisticados” / mais sofisticação nos exames realizados.

**20**

O segmento de texto abaixo em que a preposição *para* tem seu valor semântico corretamente indicado é:

- (A) “Para Topol, o futuro está nos smartphones” / opinião;
- (B) “Está para chegar ao mercado um apetrecho” / direção;
- (C) “os hospitais caminham para uma rápida extinção” / tempo;
- (D) “Dando algum desconto para as previsões, “The Patient” / concessão;
- (E) “...é uma excelente leitura para os interessados nas transformações da medicina” / causa.

**21**

Em todos os segmentos abaixo há exemplos de formas de gerúndio; o valor semântico de uma dessas formas que está corretamente indicado é:

- (A) “Está para chegar ao mercado um apetrecho que transforma o celular num verdadeiro laboratório de análises clínicas, realizando mais de 50 exames a uma fração do custo atual” / finalidade;
- (B) “Também é possível, adquirindo lentes que custam centavos, transformar o smartphone num supermicroscópio” / meio;
- (C) “..., fará com que as pessoas administrem mais sua própria saúde, recorrendo ao médico em menor número de ocasiões” / modo;
- (D) “Dando algum desconto para as previsões,...” / concessão;
- (E) “Concordando com as linhas gerais do pensamento de Topol” / tempo.

TEXTO 2 - Manual de princípios éticos para sites de medicina e saúde na internet

A veiculação de informações, a oferta de serviços e a venda de produtos médicos na Internet têm o potencial de promover a saúde mas também podem causar danos aos internautas, usuários e consumidores.

O CREMESP define a seguir princípios éticos norteadores de uma política de autorregulamentação e critérios de conduta dos sites de saúde e medicina na Internet.

### 1) TRANSPARÊNCIA

Deve ser transparente e pública toda informação que possa interferir na compreensão das mensagens veiculadas ou no consumo dos serviços e produtos oferecidos pelos sites com conteúdo de saúde e medicina. Deve estar claro o propósito do site: se é apenas educativo ou se tem fins comerciais na venda de espaço publicitário, produtos, serviços, atenção médica personalizada, assessoria ou aconselhamento. É obrigatória a apresentação dos nomes do responsável, mantenedor e patrocinadores diretos ou indiretos do site.

### 2) HONESTIDADE

Muitos sites de saúde estão a serviço exclusivamente dos patrocinadores, geralmente empresas de produtos e equipamentos médicos, além da indústria farmacêutica que, em alguns casos, interferem no conteúdo e na linha editorial, pois estão interessados em vender seus produtos.

A verdade deve ser apresentada sem que haja interesses ocultos. Deve estar claro quando o conteúdo educativo ou científico divulgado (afirmações sobre a eficácia, efeitos, impactos ou benefícios de produtos ou serviços de saúde) tiver o objetivo de publicidade, promoção e venda, conforme Resolução CFM N<sup>o</sup> 1.595/2000.

### 3) QUALIDADE

A informação de saúde apresentada na Internet deve ser exata, atualizada, de fácil entendimento, em linguagem objetiva e cientificamente fundamentada. Da mesma forma produtos e serviços devem ser apresentados e descritos com exatidão e clareza. Dicas e aconselhamentos em saúde devem ser prestados por profissionais qualificados, com base em estudos, pesquisas, protocolos, consensos e prática clínica.

Os sites com objetivo educativo ou científico devem garantir a autonomia e independência de sua política editorial e de suas práticas, sem vínculo ou interferência de eventuais patrocinadores.

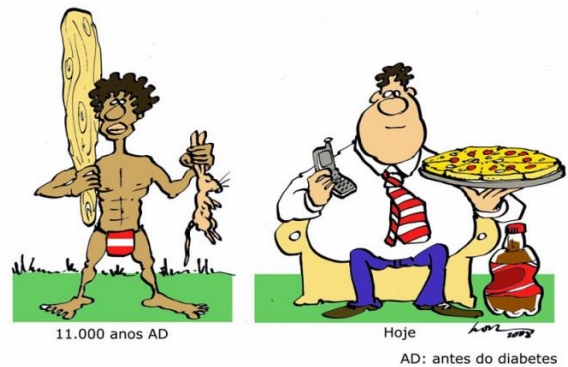
Deve estar visível a data da publicação ou da revisão da informação, para que o usuário tenha certeza da atualidade do site. Os sites devem citar todas as fontes utilizadas para as informações, critério de seleção de conteúdo e política editorial do site, com destaque para nome e contato com os responsáveis.

## 22

O título do texto 2 já define o seu conteúdo como:

- (A) preditivo;
- (B) informativo;
- (C) publicitário;
- (D) normativo;
- (E) instrucional.

## 23



A charge acima apresenta uma estrutura que poderia ser representada pelo seguinte tipo de linguagem figurada:

- (A) antítese;
- (B) paradoxo;
- (C) metonímia;
- (D) pleonismo;
- (E) eufemismo.

## 24

Ao dizer-se, no texto 2, que se trata de “princípios éticos”, isso significa que tais princípios:

- (A) estão de acordo com a lei;
- (B) seguem normas de procedimento moral;
- (C) obedecem a princípios religiosos;
- (D) estão conformes à tradição;
- (E) se regem por regras históricas.

## 25

Os vocábulos abaixo foram retirados dos dois textos desta prova; aquele cujo elemento sublinhado tem valor corretamente indicado é:

- (A) autorregulamentação / verdadeiro;
- (B) indireto / dentro de;
- (C) transformação / tempo;
- (D) diagnóstico / através de;
- (E) supermicroscópio / preço.

## 26

“A veiculação de informações, a oferta de serviços e a venda de produtos médicos na Internet têm o potencial de promover a saúde...”.

Os termos sublinhados podem ter a função de agentes ou pacientes dos termos anteriores; exerce(m) a função de agente:

- (A) todos eles;
- (B) nenhum deles;
- (C) somente o primeiro;
- (D) somente o segundo;
- (E) somente o segundo e o terceiro.

**27**

Segundo o gramático Celso Cunha, os adjetivos em língua portuguesa expressam qualificações, características, estados e relações; o adjetivo abaixo que expressa relação é:

- (A) fácil entendimento;
- (B) linguagem objetiva;
- (C) profissionais qualificados;
- (D) prática clínica;
- (E) informação transparente.

**28**

O segmento abaixo que mostra exemplo de linguagem coloquial é:

- (A) “A informação de saúde apresentada na Internet deve ser exata, atualizada, de fácil entendimento, em linguagem objetiva e cientificamente fundamentada”;
- (B) “Da mesma forma produtos e serviços devem ser apresentados e descritos com exatidão e clareza”;
- (C) “Dicas e aconselhamentos em saúde devem ser prestados por profissionais qualificados, com base em estudos, pesquisas, protocolos, consensos e prática clínica”;
- (D) “Deve estar visível a data da publicação ou da revisão da informação, para que o usuário tenha certeza da atualidade do site”;
- (E) “Os sites devem citar todas as fontes utilizadas para as informações, critério de seleção de conteúdo e política editorial do site, com destaque para nome e contato com os responsáveis”.

**29**

No caso do texto 2, o termo transparência se refere à(ao):

- (A) clareza na linguagem empregada;
- (B) exposição rápida das informações;
- (C) informação total sobre a estrutura do site;
- (D) oferecimento de serviços úteis;
- (E) demonstração de recebimentos e pagamentos.

**30**

“Muitos sites de saúde estão a serviço exclusivamente dos patrocinadores, geralmente empresas de produtos e equipamentos médicos, além da indústria farmacêutica que, em alguns casos, interferem no conteúdo e na linha editorial, pois estão interessados em vender seus produtos”.

Sobre a concordância nesse segmento do texto 2, a afirmação inadequada é:

- (A) “muitos” concorda com “sites”;
- (B) “interessados” deveria ser substituído por “interessadas”;
- (C) “editorial” concorda exclusivamente com “linha”;
- (D) “médicos” se refere a “produtos e equipamentos”;
- (E) “farmacêutica” concorda com “indústria”.

## Raciocínio Lógico Matemático

**31**

Cláudio dividiu um círculo em 15 setores circulares. As medidas dos ângulos centrais desses setores, em graus, são números inteiros positivos e formam uma progressão aritmética.

A menor medida possível, em graus, do ângulo central do menor desses setores é:

- (A) 1;
- (B) 2;
- (C) 3;
- (D) 4;
- (E) 5.

**32**

As somas de três números inteiros, dois a dois, são, respectivamente, 29, 63 e 68.

O maior desses três números inteiros é:

- (A) 60;
- (B) 51;
- (C) 49;
- (D) 44;
- (E) 37.

**33**

O carro de Joana faz 15 km por litro de gasolina e o carro de Laura faz 10 km por litro de gasolina.

Joana e Laura percorreram exatamente a mesma distância em quilômetros com seus respectivos carros.

No total, a razão entre quilômetros percorridos e o número de litros de gasolina gastos pelas duas foi igual a:

- (A) 11,5;
- (B) 12,0;
- (C) 12,5;
- (D) 13,0;
- (E) 13,5.

**34**

Para viajar aos Estados Unidos, Lucas trocou  $x$  euros por dólares americanos, a uma razão de sete dólares para cada seis euros.

Após gastar 1000 dólares nos Estados Unidos, Lucas verificou que ainda tinha  $\frac{x}{2}$  dólares americanos.

O valor de  $x$  é:

- (A) 2000;
- (B) 1800;
- (C) 1750;
- (D) 1600;
- (E) 1500.

**35**

Sejam  $x$  e  $y$  números inteiros positivos tais que  $\frac{x}{16} = \frac{3}{y}$ .

O número de pares ordenados diferentes  $(x, y)$  que podem ser formados é:

- (A) 16;
- (B) 14;
- (C) 12;
- (D) 10;
- (E) 8.

**36**

Uma moeda foi alterada de modo que, ao ser lançada, a probabilidade de sair cara é menor que  $\frac{1}{2}$  e, ao ser lançada duas vezes consecutivas, a probabilidade de sair a mesma quantidade de caras e de coroas é  $\frac{4}{9}$ .

Se essa moeda for lançada três vezes consecutivas, a probabilidade de saírem três coroas é:

- (A)  $\frac{1}{64}$ ;
- (B)  $\frac{27}{64}$ ;
- (C)  $\frac{1}{27}$ ;
- (D)  $\frac{8}{27}$ ;
- (E)  $\frac{3}{8}$ .

**37**

Quando contamos os múltiplos de 4, de 16 até 256, o número  $N$  é o 22º múltiplo contado.

Quando contamos os múltiplos de 4 na ordem inversa, de 256 até 16, o número  $N$  ocupa a posição:

- (A) 38;
- (B) 39;
- (C) 40;
- (D) 41;
- (E) 42.

**38**

Em um cofre há muitas moedas de R\$ 1,00 e de R\$ 0,50.

Pedro vai tirando, uma a uma, as moedas desse cofre. Das cinco primeiras moedas que ele tirou, três eram de R\$ 1,00.

Depois ele tirou mais  $N$  moedas e, no total das moedas retiradas, mais de 90% eram de R\$ 1,00.

O valor mínimo de  $N$  é:

- (A) 16;
- (B) 18;
- (C) 20;
- (D) 25;
- (E) 27.

**39**

Um determinado mês com 31 dias tem a mesma quantidade de sextas-feiras, de sábados e de domingos.

Entre os sete dias da semana, o número daqueles que podem ser o primeiro dia desse mês é:

- (A) 2;
- (B) 3;
- (C) 4;
- (D) 5;
- (E) 6.

**40**

Miguel pagou atrasado a conta de seu cartão de crédito. Por esse motivo, a operadora do cartão cobrou, entre multa e juros, um total de 15% sobre o valor original da conta, totalizando R\$ 920,00.

O valor original da conta do cartão de crédito de Miguel era:

- (A) R\$ 720,00;
- (B) R\$ 756,00;
- (C) R\$ 782,00;
- (D) R\$ 790,00;
- (E) R\$ 800,00.

## Organização do Ministério Público

**41**

Indiara, recém-aprovada no concurso para o cargo de Técnico do Ministério Público, procurou inteirar-se da forma de organização do Quadro Permanente dos Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Ao final, concluiu que a carreira, diversamente da classe e do padrão, é unitária. À luz dessa constatação, é correto afirmar que:

- (A) Indiara não pode mudar de carreira ou de classe dentro do Quadro Permanente dos Serviços Auxiliares;
- (B) somente o padrão do servidor permanece o mesmo desde que ingressa na carreira;
- (C) somente a classe permanece inalterada desde o momento em que o servidor ingressa na carreira;
- (D) o padrão e a classe permanecem inalterados desde o momento em que o servidor ingressa na carreira;
- (E) Indiara não pode mudar de carreira dentro do Quadro Permanente dos Serviços Auxiliares.



**42**

Após ampla investigação, o Promotor de Justiça com atribuição constatou que determinada construtora, com atuação em diversos Estados do território nacional, inseria, em todos os contratos que celebrava, uma cláusula nitidamente ilegal e gravosa para os milhares de adquirentes das unidades habitacionais que comercializava. A construtora foi notificada para cessar essa prática, mas negou-se a fazê-lo. Considerando a natureza dos interesses envolvidos, o membro do Ministério Público deve ajuizar, em face da construtora, com o objetivo de proteger os adquirentes das unidades, atuais e futuros:

- (A) ação civil pública;
- (B) mandado de segurança coletivo;
- (C) inquérito civil;
- (D) ação popular;
- (E) ação penal.

**43**

Determinado membro do Ministério Público, com atribuição em matéria criminal, recebeu peças de informação noticiando a possível prática de um ilícito penal. É correto afirmar que esse membro:

- (A) deve necessariamente ajuizar a ação penal cabível;
- (B) não pode promover o arquivamento dessas peças;
- (C) pode instaurar procedimento investigatório criminal;
- (D) deve encaminhar as peças de informação à Delegacia de Polícia;
- (E) pode impetrar um mandado de segurança em favor do suspeito.

**44**

Ernesto, estudante de direito, decidiu inteirar-se a respeito da sistemática legal afeta à organização do Ministério Público, mais especificamente em relação à natureza jurídica e ao fundamento de validade das leis existentes. É correto afirmar que a organização do Ministério Público Estadual é disciplinada:

- (A) exclusivamente na Constituição da República Federativa do Brasil;
- (B) na Constituição da República Federativa do Brasil e em lei complementar estadual;
- (C) na Constituição da República Federativa do Brasil, em lei ordinária federal e em lei complementar estadual;
- (D) na Constituição da República Federativa do Brasil, em lei complementar federal e em lei complementar estadual;
- (E) na Constituição da República Federativa do Brasil, em lei ordinária federal e em lei ordinária estadual.

**45**

Em decorrência de grave crise financeira que assolava determinado Estado da Federação, o Chefe do Poder Executivo foi aconselhado, por sua assessoria, a promover drásticas reduções nas despesas públicas de todos os órgãos a ele vinculados. Ato contínuo, expediu ofício ao Procurador-Geral de Justiça, informando o valor das reduções e determinando que tal fosse feito no prazo estipulado.

A determinação do Governador do Estado:

- (A) está em harmonia com a ordem constitucional, porque o Ministério Público integra a Administração Pública indireta, estando vinculado ao Poder Executivo;
- (B) destoa da ordem constitucional, porque o Ministério Público é função essencial à justiça, estando vinculado, portanto, ao Poder Judiciário;
- (C) está em harmonia com a ordem constitucional, porque o Ministério Público integra a Administração Pública direta, estando vinculado ao Poder Executivo;
- (D) destoa da ordem constitucional, pois o Ministério Público é instituição constitucionalmente autônoma, desvinculada dos denominados Poderes estatais;
- (E) pode harmonizar-se, ou não, com a ordem constitucional, conforme a lei orçamentária tenha, ou não, incluído as despesas do Ministério Público no âmbito do Poder Executivo.

**46**

Maria e Eusébia, servidoras do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, atuavam na Secretaria de uma Promotoria de Justiça e foram informadas que deveriam atender ao público em horário diverso daquele estabelecido na Resolução nº 11/2012.

A autoridade competente para estabelecer essa alteração é:

- (A) Procurador-Geral de Justiça;
- (B) Corregedor-Geral do Ministério Público;
- (C) Coordenador do respectivo Centro Regional de Apoio Administrativo Institucional;
- (D) Secretário-Geral do Ministério Público;
- (E) Promotor de Justiça à frente da respectiva Promotoria de Justiça.

**47**

Determinado Promotor de Justiça ajuizou ação penal, pela prática do crime de roubo, em face de João e André. Ocorre que Pedro, vítima do crime, discordou, pois, no seu entender, Enéias também deveria responder à ação penal.

Por entender que o membro do Ministério Público agiu incorretamente, Pedro ingressou com representação no Conselho Nacional do Ministério Público. Argumentou que o membro do Ministério Público afrontou a ordem jurídica e a prova dos autos, pedindo, ao final, que fosse determinado o ajuizamento da ação penal.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que o Conselho Nacional do Ministério Público:

- (A) pode expedir a determinação requerida, pois zela pela observância da legalidade no âmbito do Ministério Público;
- (B) não pode expedir a determinação requerida, pois não pode exercer o controle da atuação funcional do Ministério Público;
- (C) pode expedir a determinação requerida, pois deve controlar a atuação administrativa, financeira e funcional do Ministério Público;
- (D) não pode expedir a determinação requerida, pois a única autoridade que poderia fazê-lo seria o Procurador-Geral de Justiça;
- (E) pode expedir a determinação requerida, o que decorre de competência para desconstituir os atos praticados pelo Ministério Público.

**48**

Determinado membro do Ministério Público, titular de uma Promotoria de Justiça com atribuição para a tutela dos direitos individuais indisponíveis, recebeu notícia de um ato ilícito que se inseria na sua esfera de atribuições. Por tal motivo, instaurou procedimento administrativo para apurar o ocorrido. A respeito da instrução desse procedimento, é correto afirmar que:

- (A) somente o Promotor de Justiça pode praticar atos de instrução e ordenação;
- (B) o Promotor de Justiça pode designar servidor para secretariá-lo;
- (C) o Conselho Superior do Ministério Público deve homologar as diligências a serem realizadas;
- (D) as medidas de instrução a serem adotadas devem ser previamente homologadas pelo Procurador-Geral de Justiça;
- (E) o Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça é a instância recursal de todos os atos de instrução praticados.

**49**

Ilirene, servidora do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, foi informada que seria lotada na secretaria dos órgãos colegiados, os quais fazem parte da Administração Superior da instituição. É correto afirmar que se enquadra nessa categoria:

- (A) a Câmara de Coordenação e Revisão;
- (B) a Corregedoria-Geral do Ministério Público;
- (C) a Secretaria-Geral do Ministério Público;
- (D) o Colégio de Procuradores de Justiça;
- (E) a Turma Recursal de Atuação Extrajudicial.

**50**

Pedro, recém-aprovado no concurso para servidor do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, foi lotado em uma Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva. Nos primeiros dias de sua rotina, recebeu um inquérito civil no qual estava inserida uma promoção de arquivamento exarada pelo Promotor de Justiça com atribuição. Em atenção à sistemática legal e regulamentar, esse inquérito civil deve ser encaminhado:

- (A) ao Conselho Superior do Ministério Público;
- (B) à Gerência de Arquivo;
- (C) ao Procurador-Geral de Justiça;
- (D) à Corregedoria-Geral do Ministério Público;
- (E) à Secretaria-Geral do Ministério Público.

## Noções de Informática

### Atenção:

A planilha abaixo, denominada **IR**, juntamente com as fórmulas **F1**, **F2**, **F3** e **F4**, serão referenciadas em três das questões a seguir.

João mora num país onde o imposto de renda das pessoas físicas é assim calculado: rendimentos até 100,00 estão isentos; rendimentos entre 100,01 e 300,00 pagam 10% de imposto e abatem 10,00 do valor calculado; rendimentos acima de 300,00 pagam 20% e abatem 40,00.

João preparou uma planilha MS Excel 2010 na qual basta digitar o valor dos rendimentos na célula A2 para que o valor do imposto seja exibido na célula B2, como ilustrado abaixo.

	A	B
1	Rendimento	Imposto a recolher
2	250	15
3		

Fórmulas:

F1.

=SE(A2<=300;A2\*0,2-40;SE(A2<=100;A2\*0,1-10;0))

F2.

=SE(E(A2>100;A2<=300);A2\*0,1-10;SE(A2<=100;0;A2\*0,2-40))

F3.

=SE(A2>100;A2\*0,1-10;SE(A2>=300;A2\*0,2-20;0))

F4.

=SE(\$A2<=100;0;SE(\$A2<=300;\$A2\*0,1-10;\$A2\*0,2-40))

### 51

Com referência às fórmulas F1, F2, F3 e F4, e à planilha **IR**, a quantidade dessas fórmulas que, digitadas na célula B2, calculariam corretamente o imposto a pagar é:

- (A) zero;
- (B) uma;
- (C) duas;
- (D) três;
- (E) quatro.

### 52

João pretende distribuir cópias de sua planilha **IR**, mas precisa protegê-la de modo que seus usuários possam editar apenas a célula A2, e nenhuma outra. Com isso, João previne a introdução de alterações errôneas no cálculo.

Considere as seguintes operações sobre uma planilha:

**A** Selecionar a célula A2

**F** Clicar sobre uma seleção com o botão direito do mouse e, no menu pop-up, escolher a opção “Formatar células...” e, ao abrir-se o formulário, selecionar a aba “Proteção”, assinalar (check) a caixa “Bloqueadas” e clicar “OK”

**P** Na guia “Revisão” clicar no comando “Proteger Planilha” e, no formulário aberto, assinalar (check) a opção “Proteger a planilha e o conteúdo de células bloqueadas”, limpar todas as opções que aparecem na lista “Permitir que todos os usuários desta planilha possam:”, assinalar (check) a opção “Selecionar células desbloqueadas”, digitar uma senha e clicar “OK”. Confirmar a senha quando solicitado

**S** Selecionar todas as células

**U** Clicar sobre uma seleção com o botão direito do mouse e, no menu pop-up, escolher a opção “Formatar células...” e, ao abrir-se o formulário, selecionar a aba “Proteção”, limpar (uncheck) a caixa “Bloqueadas” e clicar “OK”

Da esquerda para a direita, as operações necessárias e suficientes para que a planilha de João seja protegida são:

- (A) A, U, P;
- (B) P, A, F;
- (C) P, F, A, U, S;
- (D) S, F, A, U, P;
- (E) S, F, U, P.

### 53

João pensou em modificar a planilha **IR**:

- I. Clicar com o botão direito do mouse no título da coluna B e, no menu pop-up apresentado, escolher o item “Inserir”;
- II. Clicar com o botão direito do mouse no número da primeira linha e, no menu pop-up apresentado, escolher o item “Inserir”;
- III. Alterar a apresentação de algumas células com opções de formatação de exibição.

Depois dessas modificações, o efeito que João gostaria de obter é mostrado a seguir.

	A	B	C
1			<b>Cálculo do imposto</b>
2	Rendimento		Imposto a recolher
3	250		15
4			

A quantidade de fórmulas, dentre F1, F2, F3 e F4, que, tendo sido digitadas na célula B2 antes das modificações descritas, calculariam corretamente o imposto a pagar após essas modificações seria:

- (A) zero;
- (B) uma;
- (C) duas;
- (D) três;
- (E) quatro.

**54**

“URL”, traduzido do inglês como “Localizador Padrão de Recursos”, e “endereço IP” são dois termos centrais no uso da Internet.

Sobre eles, analise as afirmativas a seguir:

- I. o endereço IP associado a uma determinada URL não pode mudar ao longo do tempo;
- II. somente uma URL pode estar associada a um determinado endereço IP;
- III. “joao@gmail.com” é um endereço IP válido;
- IV. “http://www.mprj.mp.br” é uma URL válida.

A quantidade de afirmativas corretas é igual a:

- (A) zero;
- (B) uma;
- (C) duas;
- (D) três;
- (E) quatro.

**55**

No mecanismo de busca do Google, uma pesquisa com o texto “mp” e “procuradoria” produz mais de 300.000 resultados. É raro obter como resposta desse mecanismo a mensagem “*não encontrou nenhum documento correspondente*”.

Um exemplo de texto de busca que certamente provocaria essa mensagem é:

- (A) “mp” e “procuradoria” -“federal”
- (B) “mp” e “procuradoria” e rj -federal
- (C) “mp” e “procuradoria” ou federal -“federal”
- (D) “mp” e “procuradoria” e rj “federal”
- (E) “mp” e “procuradoria” e rj -federal “federal”

**56**

João vai instalar um novo software em seu computador e precisa descobrir se a arquitetura é de 32 ou 64 bits. No Painel de Controle do Windows 7, quando todos os itens forem exibidos, essa informação está imediatamente disponível por meio do item:

- (A) Ferramentas Administrativas;
- (B) Programas e Recursos;
- (C) Programas Padrão;
- (D) Sistema;
- (E) Windows Update.

**57**

No processo de criação de formulários no MS Word 2010, os diferentes tipos de controles, tais como Caixas de Combinação e Listas Suspensas, ficam disponíveis na guia:

- (A) Desenvolvedor;
- (B) Design;
- (C) Inserir;
- (D) Layout;
- (E) Referências.

**58**

João precisa importar, para uma planilha, dados de centenas de pessoas. Os dados importados são *nome*, *departamento* e *rendimento* que, na planilha, devem ficar dispostos em uma linha para cada pessoa, ocupando três colunas.

Para testar a execução dessa importação, trabalhou com amostras de três formatos de arquivos de texto.

*Formato I*

```
Nome;Departamento;Rendimento
Paulo Oliveira;Vendas;2000,20
Maria Antonieta;Estoque;2050,00
Carlos Madureira;Vendas;1890,00
```

*Formato II*

Nome	Departamento	Rendimento
Paulo Oliveira	Vendas	2000,20
Maria Antonieta	Estoque	2050,00
Carlos Madureira	Vendas	1890,00

*Formato III*

```
Nome
Departamento
Rendimento
Paulo Oliveira
Vendas
2000,20
Maria Antonieta
Estoque
2050,00
Carlos Madureira
Vendas
1890,00
```

De acordo com o que João precisa e as características da importação de dados do MS Excel 2010, quando efetuada por meio da opção “Textos” da guia “Dados”, é correto afirmar que:

- (A) somente o formato I é adequado;
- (B) somente os formatos I e II são adequados;
- (C) somente o formato II é adequado;
- (D) somente o formato III é adequado;
- (E) os três formatos são adequados.

**59**

Maria vai fazer uma apresentação que envolve um assunto complexo e pretende, durante sua exposição, ter acesso a trechos de outros documentos Word 2010, que deverão ser lidos por ela. O material a ser exibido no projetor, também contido num documento do Word 2010, não inclui tais trechos. Todos esses documentos estão gravados no notebook de Maria.

Para manter projetado apenas um documento, enquanto visualiza os demais documentos na tela do notebook, Maria deve, depois de ligar o projetor ao seu equipamento:

- (A) acionar “Conectar a um projetor” na configuração de vídeo do Windows e escolher a opção “Estender”, mantendo os documentos em janelas separadas, na tela do notebook e na projeção;
- (B) adotar algum software de terceiros, pois com os recursos disponíveis no Windows 7 não é possível manter um documento exibido no projetor e outro, na tela do notebook;
- (C) empregar o recurso “Conexão de Área de Trabalho Remota”, por meio do menu “Iniciar”, assim transformando o projetor num monitor externo independente;
- (D) no Word, abrir todos os arquivos e acionar a opção “Rolagem Sincronizada” na guia “Exibição”;
- (E) utilizar o Visualizador XPS por meio do menu “Iniciar”.

**60**

Na localização avançada do MS Word 2010, onde podem ser consideradas eventuais ocorrências de “caracteres curinga”, o emprego do texto

c[!é]lula

na caixa “Localizar” provocaria a localização do termo:

- (A) caélula
- (B) celula
- (C) céalula
- (D) célula
- (E) clula

## Noções de Direito Administrativo e Constitucional

**61**

Atendendo à política institucional de modernização de suas instalações físicas, o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro obteve a cessão de imóvel ao lado do fórum em cidade no interior do Estado e pretende contratar sociedade empresária para construção do prédio que abrigará as Promotorias de Justiça daquela comarca. O valor estimado das obras é de um milhão e oitocentos mil reais. De acordo com a Lei nº 8.666/93, a contratação deverá ocorrer mediante:

- (A) dispensa de licitação, pela destinação da obra;
- (B) inexigibilidade de licitação, pela natureza da obra;
- (C) licitação, na modalidade tomada de preços;
- (D) licitação, na modalidade concorrência;
- (E) licitação, na modalidade convite.

**62**

Promotor de Tutela Coletiva instaurou inquérito civil público para apurar a legalidade da delegação pelo Município à determinada sociedade empresária da prestação do serviço público de transporte coletivo municipal de passageiros. No curso das investigações, restou comprovado que o contrato administrativo firmado para tal fim não foi precedido de licitação, mas a tarifa cobrada dos usuários tem preço módico. Dessa forma, deverá o Promotor:

- (A) arquivar o inquérito civil, diante da autonomia da vontade das partes contratantes e da modicidade da tarifa, que demonstram não haver prejuízo ao interesse público;
- (B) arquivar o inquérito civil em relação à sociedade empresária, diante da modicidade da tarifa, e ajuizar ação civil pública para obrigar o Município a realizar licitação por tomada de preços para delegação do serviço público;
- (C) ajuizar ação civil pública para obrigar o Município a realizar licitação, na modalidade concorrência, para concessão do serviço público de transporte coletivo municipal de passageiros;
- (D) ajuizar ação civil pública para obrigar o Município a realizar licitação, na modalidade tomada de preços, para permissão do serviço público de transporte coletivo municipal de passageiros;
- (E) ajuizar ação civil pública para obrigar o Município a realizar licitação, para delegação na modalidade autorização do serviço público de transporte coletivo municipal de passageiros.

**63**

João, ocupante estável do cargo efetivo de Técnico da área administrativa do Ministério Público do Rio de Janeiro, elegeu-se Vereador em Município do interior do Estado. De acordo com a disciplina constitucional da matéria, João:

- (A) independentemente de compatibilidade de horários para acumulação, deverá se afastar do cargo efetivo para o exercício do mandato eletivo, auferindo o subsídio de Vereador;
- (B) independentemente de compatibilidade de horários para acumulação, deverá se afastar do cargo efetivo para o exercício do mandato eletivo, podendo optar pela remuneração de um dos cargos;
- (C) caso haja compatibilidade de horários, poderá acumular o cargo efetivo com o mandato eletivo, facultando-lhe optar pela remuneração de um dos cargos;
- (D) caso se afaste do cargo efetivo para o exercício do mandato eletivo, terá seu tempo de serviço contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento;
- (E) caso se afaste do cargo efetivo para o exercício do mandato eletivo, para efeito de benefício previdenciário, os valores serão determinados levando em conta sua situação até a data do afastamento.

**64**

Agentes do GAP (grupo de apoio aos Promotores, formado por policiais cedidos ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro) realizavam diligência para apurar indício de veracidade de notícia de maus tratos a idoso. Ao estacionar a viatura oficial em frente à residência do idoso, o agente que conduzia o veículo perdeu o controle da viatura e bateu no portão da casa, causando dano patrimonial ao idoso. Caso não haja composição civil dos danos, o idoso particular deverá manejar ação indenizatória em face do:

- (A) Ministério Público do Rio de Janeiro, com base na responsabilidade civil subjetiva, que prescinde da comprovação do dolo ou culpa do agente do GAP;
- (B) Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, com base na responsabilidade civil objetiva, sendo imprescindível a comprovação do dolo ou culpa do agente do GAP;
- (C) Estado do Rio de Janeiro, com base na responsabilidade civil objetiva, sendo prescindível a comprovação do dolo ou culpa do agente do GAP;
- (D) Estado do Rio de Janeiro, com base na responsabilidade civil subjetiva, sendo imprescindível a comprovação do dolo ou culpa do agente do GAP;
- (E) agente do GAP que conduzia a viatura, com base em sua responsabilidade civil objetiva, sendo imprescindível a comprovação de que agiu com dolo ou culpa.

**65**

Em relação à formalização dos contratos administrativos, a Lei nº 8.666/93 prevê que:

- (A) o contrato verbal com a Administração é nulo e de nenhum efeito, salvo o de pequenas compras de pronto pagamento, assim entendidas aquelas de valor não superior a quatro mil reais, feitas em regime de adiantamento;
- (B) a Administração deverá proceder à nova licitação quando o convocado não assinar o termo de contrato, sendo vedado convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado;
- (C) a minuta do futuro contrato é disponibilizada a todos os licitantes no momento do julgamento, sendo desnecessário que integre o edital ou ato convocatório da licitação;
- (D) a obtenção de cópia autenticada dos termos do contrato e do respectivo processo licitatório é permitida a qualquer interessado, independentemente do pagamento de emolumentos;
- (E) a publicação resumida do instrumento de contrato ou de seus aditamentos na imprensa oficial é obrigatória e constitui condição indispensável para sua existência e validade.

**66**

Alexandre é servidor público civil estável do Estado do Rio de Janeiro atualmente ocupante do cargo de presidente da comissão permanente de licitação. No exercício de suas funções, em conluio com seu primo Tarcísio, que comprovadamente concorreu para o ilícito, Alexandre dispensou licitação fora das hipóteses previstas em lei, de maneira que a sociedade empresária que tem Tarcísio como sócio administrador foi contratada. Em matéria de infração penal, de acordo com Lei nº 8.666/93:

- (A) apenas Alexandre cometeu crime previsto na lei de licitações, cuja pena é de reclusão de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa;
- (B) ambos cometeram crime contra a administração pública previsto no Código Penal, cuja pena é de detenção de 3 (três) a 5 (cinco) anos, e multa;
- (C) ambos cometeram crime previsto na lei de licitações, cuja pena é de detenção de 3 (três) a 5 (cinco) anos, e multa;
- (D) apenas Alexandre cometeu crime contra a administração pública previsto no Código Penal, cuja pena é de reclusão de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa;
- (E) Tarcísio cometeu crime previsto na lei de licitações e Alexandre praticou crime contra a administração pública previsto no Código Penal.

**67**

Marcelo, Secretário Municipal de Transporte, permitiu que seu irmão Antônio utilizasse, para fins particulares, bens integrantes do acervo patrimonial do Município, consistente em veículo da Secretaria e combustível, pelo período de dois anos, sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie. O fato foi noticiado ao Promotor de Tutela Coletiva com atribuição no Município, que, prontamente, instaurou inquérito civil público e reuniu fartas provas da ilegalidade. Ao final da investigação, deverá o Promotor ajuizar ação:

- (A) por crime de responsabilidade em face do Secretário Municipal Marcelo e ação indenizatória em face do particular Antônio;
- (B) por crime de responsabilidade em face do Secretário Municipal Marcelo e do particular Antônio;
- (C) para impeachment do Secretário Municipal Marcelo e ação indenizatória em face do particular Antônio;
- (D) civil pública por ato de improbidade administrativa em face do Secretário Municipal Marcelo e do particular Antônio;
- (E) civil pública por ato de improbidade administrativa em face do Secretário Municipal Marcelo e ação indenizatória em face do particular Antônio.

**68**

Diretor do departamento de Recursos Humanos pratica determinado ato administrativo, cuja competência não é exclusiva do Secretário-Geral do Ministério Público do Rio de Janeiro. Concordando com o ato praticado e com o escopo de suprir o vício superável de competência de maneira a aproveitá-lo, o Secretário-Geral procede à:

- (A) retificação do ato, na modalidade aproveitamento, com efeitos a partir da data do saneamento;
- (B) conversão do ato, na modalidade confirmação, com efeitos a partir da data do aproveitamento;
- (C) revogação do ato, na modalidade discricionária, com efeitos retroativos à data em que este foi praticado;
- (D) convalidação do ato, na modalidade ratificação, com efeitos retroativos à data em que este foi praticado;
- (E) revisão do ato, na modalidade confirmação, com efeitos a partir da data do aproveitamento.

**69**

Manoel, Técnico estável do Ministério Público da área administrativa, praticou infração administrativa prevista no estatuto dos servidores públicos. Após processo administrativo disciplinar, o Procurador-Geral de Justiça aplicou-lhe a pena de demissão. Inconformado, Manoel recorreu ao Judiciário, pretendendo sua reintegração. De acordo com a doutrina e jurisprudência de Direito Administrativo, no caso em tela, em regra, ao Poder Judiciário cabe a análise:

- (A) apenas da legalidade do ato impugnado, não podendo se imiscuir na questão de mérito administrativo;
- (B) apenas da questão de mérito administrativo do ato impugnado, não podendo se imiscuir na motivação do ato;
- (C) da legalidade e do mérito administrativo do ato impugnado, em respeito ao princípio da inafastabilidade da jurisdição;
- (D) da conveniência e oportunidade na prática do ato administrativo impugnado;
- (E) da legalidade, conveniência e oportunidade na prática do ato administrativo impugnado, pela soberania jurisdicional.

**70**

João, Deputado Estadual, fez inflamado discurso na Assembleia Legislativa a respeito da necessidade de serem fiscalizados certos atos praticados pelo Governador do Estado, os quais, no seu entender, eram intensamente prejudiciais ao interesse público. Ao final do discurso, foram travados intensos debates a respeito dos limites da atuação do Poder Legislativo e das demais estruturas de poder. Diante da narrativa acima, é correto afirmar que:

- (A) em respeito ao princípio da separação dos poderes, um Poder não está autorizado a fiscalizar os atos de outro;
- (B) a fiscalização do Poder Executivo somente é realizada pelo Tribunal de Contas;
- (C) o Poder Legislativo, além de legislar, pode fiscalizar os atos do Executivo;
- (D) somente o Poder Judiciário, mediante provocação do legítimo interessado, pode fiscalizar o Executivo;
- (E) apenas o Ministério Público está autorizado a fiscalizar os atos do Poder Executivo.

**71**

Pedro, estudante de direito, disse ao seu professor que lera, em um livro, que a Constituição brasileira era classificada como rígida. O professor explicou-lhe que deve ser classificada como rígida a Constituição que:

- (A) precise ser observada por todos os que vivam no território do respectivo País;
- (B) seja escrita, distinguindo-se, portanto, das Constituições que se formam a partir do costume;
- (C) vincule todas as estruturas estatais de poder aos seus comandos;
- (D) só possa ser reformada mediante um processo legislativo qualificado, mais complexo que o comum;
- (E) não possa ser revogada por outra Constituição, ainda que haja uma revolução.

**72**

Estevão e Pantaleão debatiam a respeito dos distintos aspectos que caracterizam o Ministério Público no Brasil. Ao fim, não alcançaram um consenso a respeito da posição dessa instituição no âmbito das estruturas de poder e das funções que deve desempenhar. A esse respeito, é correto afirmar que o Ministério Público:

- (A) é instituição constitucionalmente autônoma, sem qualquer subordinação aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário;
- (B) a exemplo do Ministério da Fazenda e do Ministério do Trabalho, é órgão do Poder Executivo;
- (C) é órgão do Poder Judiciário, cumprindo as determinações do juízo competente para o bom andamento do serviço;
- (D) representa o Poder Executivo em sede judicial e oferece-lhe consultoria em sede extrajudicial;
- (E) é função essencial à justiça, tendo a incumbência de representar os necessitados em juízo.

**73**

Epaminondas, advogado militante, foi consultado a respeito da função desempenhada pelo Tribunal de Contas em relação ao ato de concessão de aposentadoria do servidor público. A esse respeito, é correto afirmar que:

- (A) o ato de concessão de aposentadoria deve ser registrado na própria Administração Pública;
- (B) nenhum órgão público exerce funções de registro público, logo, não deve registrar aposentadorias;
- (C) a análise do título de aposentadoria, pelo Tribunal de Contas, é meramente formal, não lhe sendo permitido aferir a sua legalidade;
- (D) somente o Poder Judiciário pode anular o ato de concessão de aposentadoria emitido pela Administração Pública;
- (E) o ato de concessão de aposentadoria somente torna-se perfeito após o registro no Tribunal de Contas.

**74**

Enéias, servidor efetivo do Ministério Público, foi convidado para ocupar, simultaneamente, o cargo em comissão de diretor de departamento de pessoal no âmbito do Poder Judiciário. Ao pedir a opinião dos seus amigos, alguns disseram que a acumulação de cargos era possível, enquanto outros disseram que destoaria da Constituição da República Federativa do Brasil. À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que a acumulação:

- (A) é possível, já que a ordem constitucional determina a reserva de parte dos cargos em comissão aos ocupantes de cargos efetivos;
- (B) não é possível, já que o cargo em comissão a ser ocupado está inserido em outra estrutura administrativa;
- (C) somente é possível se houver compatibilidade de horários e for observado o teto remuneratório constitucional;
- (D) não é possível, pois os ocupantes de cargos de provimento efetivo jamais podem ocupar cargos em comissão;
- (E) é possível, desde que haja autorização expressa do Procurador-Geral de Justiça, autoridade máxima do Ministério Público.

**75**

De acordo com o art. 97 da Constituição da República Federativa do Brasil, “somente pelo voto da maioria de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público”. Determinado juiz de direito, após ler esse preceito, que somente faz menção a tribunais, e constatar que nenhum comando expresso na Constituição o autorizava a realizar o controle de constitucionalidade, negou requerimento formulado pelo Ministério Público em sede de ação civil pública. No caso concreto, o Ministério Público pretendia que o juiz de direito deixasse de aplicar uma norma que considerava inconstitucional, o que teria influência direta na resolução do problema concreto. À luz da sistemática constitucional, o controle de constitucionalidade pretendido pelo Ministério Público é considerado:

- (A) difuso, podendo ser realizado pelo juiz de direito;
- (B) concentrado, somente podendo ser realizado por tribunal;
- (C) abstrato, podendo ser realizado pelo juiz de direito;
- (D) difundido, somente podendo ser realizado por tribunal;
- (E) concreto, somente podendo ser realizado por tribunal.

**76**

A Constituição da República Federativa do Brasil estabelece alguns parâmetros para a política de desenvolvimento urbano, sempre com o objetivo de ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar dos seus habitantes. Esses parâmetros serão desenvolvidos pela legislação infraconstitucional. A esse respeito, é correto afirmar que:

- (A) somente a União pode legislar sobre a matéria;
- (B) somente o Estado pode legislar sobre a matéria;
- (C) somente o Município pode legislar sobre a matéria;
- (D) a lei municipal deve seguir as diretrizes fixadas na lei editada pelo Estado;
- (E) a lei municipal deve seguir as diretrizes fixadas na lei editada pela União.

**77**

Ernesto, recém aprovado em um concurso público para provimento do cargo de médico, foi informado que exerceria suas funções em um ente da Administração Pública indireta.

É correto afirmar que a Administração Pública indireta é:

- (A) caracterizada pela contratação de colaboradores para a prestação do serviço público;
- (B) integrada por diversos órgãos que não possuem personalidade jurídica, como as Secretarias de Estado;
- (C) formada exclusivamente pelas autarquias e fundações públicas;
- (D) integrada por entes que não estão vinculados às normas constitucionais afetas à Administração Pública;
- (E) integrada por entes que possuem personalidade jurídica, que podem, inclusive, desempenhar atividade econômica.

**78**

Caio ocupa cargo em comissão em órgão da administração direta, tendo se apoderado, indevidamente e em proveito próprio, de um *laptop* pertencente ao órgão por ele dirigido e do qual tinha a posse em razão do cargo. Diante do fato narrado, Caio deverá responder por:

- (A) crime comum, mas não próprio, já que não pode ser considerado funcionário público;
- (B) peculato-furto, com o aumento de pena em razão do cargo comissionado ocupado;
- (C) peculato apropriação, com o aumento de pena em razão do cargo comissionado ocupado;
- (D) peculato apropriação, com direito à extinção da punibilidade se devolvida a coisa ou reparado o dano antes do recebimento da denúncia;
- (E) peculato-furto, com a redução da pena pela metade se devolvida a coisa antes do recebimento da denúncia.



**79**

Os crimes contra as finanças públicas, trazidos pela Lei nº 10.028/2000, têm como um dos bens jurídicos protegido a probidade administrativa, em especial relativamente às operações realizadas no âmbito das finanças públicas da União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Com relação a essas infrações e com as previsões do Código Penal, é correto afirmar que:

- (A) nenhum dos delitos previstos admite a modalidade tentada;
- (B) por serem crimes que atentam contra a probidade administrativa, não se admite a aplicação de quaisquer dos institutos despenalizadores, independente da pena prevista;
- (C) são crimes impróprios, eis que somente praticados por funcionário com atribuição específica;
- (D) todos os delitos exigem conduta dolosa do agente, já que não previstas modalidades culposas;
- (E) todos os delitos são trazidos por normas classificadas pela doutrina como normas penais em preto, já que necessitam de complementação.

**80**

João foi aprovado em concurso público para ingresso no quadro de funcionários do Ministério Público, sendo nomeado e tendo tomado posse, e, apesar de não ter assumido sua função por razões burocráticas, já foi informado de que seria designado para atuar junto à Promotoria de Justiça Criminal de Duque de Caxias. Ciente da existência de investigação para apurar ilícitos fiscais que estariam sendo praticados por empresário da cidade, colega de seu pai, procura o advogado do investigado e narra que será designado para atuar na Promotoria com atribuição para o caso, passando a solicitar a quantia de 50 mil reais para, de alguma forma, influenciar naquela investigação de maneira favorável ao indiciado. Considerando a situação narrada, é correto afirmar que a conduta de João, em tese:

- (A) configura crime de corrupção passiva;
- (B) configura crime de prevaricação;
- (C) configura crime de advocacia administrativa;
- (D) configura crime de exercício funcional ilegalmente antecipado ou prolongado;
- (E) é atípica, já que nem mesmo havia iniciado o exercício de sua função.





Realização

 **FGV PROJETOS**